



Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

O Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET, composto por titulares das pastas do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal está acompanhando, por meio da imprensa, as declarações do presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, e de integrantes de sua equipe acerca do futuro do Ministério do Trabalho. Recebemos a informação de extinção do mesmo de certa forma incrédulos, por ser um anúncio inimaginável frente ao cenário atual de desemprego que assola o país.

Criado em 26 de novembro de 1930, o Ministério do Trabalho cumpre um papel estratégico para o equilíbrio das desigualdades sociais no Brasil.

Após 88 anos esse seria um erro histórico. Como um futuro presidente que se declara um nacionalista, um patriota, se por outro lado retira o Ministério que protege o trabalhador e as relações trabalhistas no que tange aos direitos e as políticas de emprego e renda, seguro-desemprego, carteira de trabalho, SINE e ainda uma vasta parceria com os estados em qualificação e captação de vagas!

As políticas públicas de emprego e renda tem resultado no aumento da produtividade e na geração de postos de trabalho, mesmo num ambiente de grandes dificuldades de nossa economia.

A missão da pasta, criada com visão estratégica há quase um século “com o espírito revolucionário de harmonizar as relações entre capital e trabalho em favor do progresso” ressalta que o futuro do trabalho precisa, e precisará ainda mais nesse cenário, de um ambiente institucional adequado e de espaço de interação entre forças de trabalho e setor produtivo-formal.

Em um país com quase treze milhões de desempregados e aproximadamente 40% dos trabalhadores na informalidade, de fato nos causa comoção e extrema preocupação a possibilidade da extinção ou mesmo da redução de uma representação de Governo dessa relevância, que, dentre tantas atribuições essenciais, estabelece e viabiliza as políticas públicas de geração de emprego e renda, fomento ao empreendedorismo, à economia solidária, aos cooperativismo, ao associativismo; coíbe os abusos nas relações de trabalho, fiscaliza as relações de trabalho, o registro profissional, o cumprimento de direitos como férias, 13º salário, coíbe a jornada abusiva; faz gestão do FGTS e do Programa SINE (Sistema Nacional de Emprego), política pública de impacto positivo direto na vida do trabalhador brasileiro, com o atendimento descentralizado por todo país. Resposta efetiva e fundamental ao trabalhador desempregado, que tem atendimento em suas demandas de acesso à documentação, Seguro-Desemprego, Qualificação Profissional e encaminhamento a oportunidades de trabalho, através de sistema público, sem os custos de uma agência privada, inacessível à grande maioria dos cidadãos. Essa foi a visão e o investimento valorizados ao longo das últimas décadas, não só pelo Ministério de Trabalho e Secretarias de Trabalho, mas, também, pelas representações internacionais do trabalho, como a OIT e os países considerados desenvolvidos. Estamos certos, que esse é o único caminho possível para as respostas urgentes e indispensáveis para o ambiente de crescimento esperado tanto pelos trabalhadores como empregadores.